



Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESPÍRITO SANTO  
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL  
RESOLUÇÃO Nº 2, DE 11 DE MARÇO DE 2015

O Comitê de Decisão Regional da Superintendência Regional do Incra no estado do Espírito Santo (CDR/ES), em cumprimento ao artigo 9º da estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, publicado no DOU do mesmo dia, edição extra, e no art. 132 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no DOU, do dia 09 do mesmo mês e ano, tendo em vista a decisão adotada em sua Quarta Reunião Extraordinária, realizada no dia 02 de março de 2015 e;

Considerando a Norma de Execução nº 33, de 14 de julho de 2003, publicada no DOU do dia 23 do mesmo mês e ano.

Considerando a fundamentação legal constante nos incisos I, II e III da Norma de Execução supramencionada.

Considerando as análises técnicas e jurídicas constantes no processo administrativo 54340.001264/2009-03, resolve:

Art. 1º - Aprovar a concessão de uso de uma área de 1.023,28 m² (mil e vinte três vírgula vinte e oito metros quadrados) da área comunitária que integra o PA Travessia, criado mediante a Portaria Incra/SR(20)/G/Nº 013, de 06 de agosto de 2003, localizado no município de Nova Venécia/ES à Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Ministério de Ecoporanga para construção de um templo.

Art. 2º - Estabelecer que a área objeto desta concessão de uso seja revertida de pleno direito, para posse, domínio e administração do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), independente de notificação ou indenização, se, no todo ou em parte, lhe for dada aplicação adversa da destinação estabelecida.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JOSÉ CÂNDIDO REZENDE  
Coordenador

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 11 DE MARÇO DE 2015

O Comitê de Decisão Regional da Superintendência Regional do Incra no estado do Espírito Santo (CDR/ES), em cumprimento ao artigo 9º da estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, publicado no DOU do mesmo dia, edição extra e no art. 132 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no DOU, do dia 09 do mesmo mês e ano, tendo em vista a decisão adotada em sua Quinta Reunião Extraordinária, realizada no dia 10 de março de 2015 e;

Considerando o Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990;

Considerando a Norma de Execução/DA/Nº 100, de 29 de novembro de 2011;

Considerando a análise técnico/jurídica acostada ao processo administrativo 54340.000297/2014-95, apenso 54340.000657/2011-14; resolve:

Art. 1º - Aprovar a doação de um veículo de passeio, marca Chevrolet, modelo Corsa Wagon, Placa MQB6819 para a Prefeitura de Ecoporanga com a finalidade de atender 521 (quinhentas e vinte e uma) famílias beneficiárias do PNRA, bem como, agricultores familiares do município.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JOSÉ CÂNDIDO REZENDE  
Coordenador

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS

RETIFICAÇÃO

Na Retificação da Portaria publicada no D.O.U Nº 199 de 15/10/2004, Seção 1, Pag. 74, que alterou a Portaria INCRA/SR-04 Nº 83, de 09 de novembro de 1998, que criou o Projeto de Assentamento SANTA MARTA, no município de MUNDO NOVO/GO, publicada no D.O. 221 de 18/11/1998, onde se lê: "...criação de 460 (Quatrocentas e sessenta) unidades agrícolas familiares..."; leia-se: "...criação de 458 (Quatrocentos e cinquenta e oito) unidades agrícolas familiares...".

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA  
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL  
PORTARIA Nº 35, DE 11 DE MARÇO DE 2015

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no uso de suas atribuições, legais e regulamentares que lhe confere a Portaria MDIC nº 558, de 04 de junho de 2007, e tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 15 do Decreto nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, e no artigo 19 do Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, que aprovam a Estrutura Regimental do Inmetro, considerando as informações e documentos constantes do processo Inmetro nº 52600.033344/2014, resolve:

Atualizar a capacidade anual declarada de instrumentos, a que se refere a Portaria Inmetro/Dimel nº 199, de 25 de outubro de 2012, que autoriza a empresa Dowertech da Amazônia Indústria de Instrumentos Eletrônicos Ltda., sob o código número AAM28, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: <http://www.inmetro.gov.br/legislacao/pea>

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 36, DE 11 DE MARÇO DE 2015

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no uso de suas atribuições, legais e regulamentares que lhe confere a Portaria MDIC nº 558, de 04 de junho de 2007, e tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 15 do Decreto nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, e no artigo 19 do Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, que aprovam a Estrutura Regimental do Inmetro, considerando as informações e documentos constantes do processo Inmetro nº 52600.042630/2014, resolve:

Modificar, por extensão, o escopo a que se refere a Portaria Inmetro/Dimel nº 007, de 16 de janeiro de 2006, que autoriza a empresa Itron Soluções para Energia e Água Ltda., sob o código número ASP01, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: <http://www.inmetro.gov.br/legislacao/pea>

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 102, DE 6 DE MARÇO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Artigo 12, inciso III, e os termos da Parecer Técnico do Projeto nº 002/2015 - SPR/CGPRI/COAPI, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR, com fundamento nos Artigos. 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO da empresa TRIUMPH - FABRICAÇÃO DE MOTOCICLETAS DE MANAUS LTDA. (CNPJ nº 14.808.074/0001-63) e inscrição SUFRAMA nº 20.1438.01-1), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 002/2015 - SPR/CGPRI/COAPI, para produção de TANQUE RESERVA DO RADIADOR PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS (código SUFRAMA nº 1607) e o gozo do incentivo previsto no artigo 9º do referido Decreto-Lei.

Art. 2º FIXAR os limites de importação de insumos para fabricação do produto a que se refere o Art. 1º da presente Portaria, em:

| Discriminação   | Valor em US\$ 1.00 |         |         |
|---|--------------------|---------|---------|
|   | 1º ANO             | 2º ANO  | 3º ANO  |
| TANQUE RESERVA DO RADIADOR PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS | 109,150            | 137,529 | 165,908 |

Art. 3º DETERMINAR que a comercialização do produto se dê exclusivamente na Zona Franca de Manaus:

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1º da presente Portaria, do Processo Produtivo Básico definido na Portaria Interministerial nº 182-MDIC/MCT, de 19 de julho de 2004;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor;

e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 203 - CAS, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO ADOLFO IGREJAS FILGUEIRAS

PORTARIA Nº 103, DE 6 DE MARÇO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Artigo 12, inciso II, e os termos da Parecer Técnico do Projeto nº 006/2015 - SPR/CGPRI/COAPI, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

|   |            |            |            |
|---|------------|------------|------------|
| Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO da empresa POSITIVO INFORMÁTICA DA AMAZÔNIA LTDA (CNPJ: 08.239.748/0001-53 e Inscrição SUFRAMA: 20.1251.01-9), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 006/2015 - SPR/CGPRI/COAPI, para produção de MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL ( Código SUFRAMA nº 0307 ), para o gozo do incentivo previsto no parágrafo 2º do artigo 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior. |            |            |            |
| Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto constante do Art. 1º desta Portaria, será obtida mediante a aplicação da fórmula do parágrafo 1º do Art. 7º do Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei Nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.          |            |            |            |
| Art. 3º ESTABELECE para o produto constante do Art. 1º desta Portaria, sem quaisquer adicionais às quotas já aprovadas, os seguintes limites anuais de importação de insumos:   |            |            |            |
| Produto   | Ano 1      | Ano 2      | Ano 3      |
| MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL  | 59,407,314 | 65,348,045 | 71,882,849 |

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto constante do Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pelas Portarias Interministeriais MDIC/MCTI nº 185, de 7 de julho de 2014 e nº 327, de 31 de dezembro de 2014;

II - o investimento em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) , no percentual mínimo exigido pela legislação vigente sobre o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do produto constante do Art. 1º desta Portaria, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações;

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor;

e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO ADOLFO IGREJAS FILGUEIRAS

PORTARIA Nº 104, DE 6 DE MARÇO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 12, Inciso III, e os termos do Parecer Técnico de Projeto nº 150/2014 - SPR/CGPRI/COAPI, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa FLEXCABLES DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CABOS E FIOS LTDA., CNPJ: 04.497.844/0001-40, Inscrição SUFRAMA: 20.1370.01-8, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 150/2014 - SPR/CGPRI/COAPI, para produção de FIOS E CABOS PARA TENSÃO NÃO SUPERIOR A 300 V - cód. Suframa 1351 e CABO DE FORÇA COM PEÇAS